

MERCADOS



Bovespa estende série negativa por 5ª sessão, em baixa de 0,75%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em meio ao prosseguimento da pressão sobre o câmbio, que colocou o dólar a R\$ 5,2875 na máxima de ontem, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) estendeu a série negativa pela quinta sessão, a mais longa para o Índice Bovespa (Ibovespa) desde outubro, quando também encadeou cinco perdas entre os dias 17 e 23. Ontem, oscilou dos 123.756,08 aos 125.315,63, da abertura, e fechou em baixa de 0,75%, aos 124.388,62 pontos, com giro a R\$ 26,5 bilhões. Na semana, cede 1,24% e, no mês, 2,9%, colocando as perdas do ano a 7,3%. No fechamento, o Ibovespa foi ao menor nível de encerramento desde 14 de novembro (123.165,76).

O sinal em Nova York foi misto, entre -0,21% (S&P 500) e +0,17% (Dow Jones).

As perdas na carteira teórica não foram piores porque Petrobras (ON +0,49%, PN +0,46%) conseguiu avançar na sessão, negativa para outros pesos-pesados do índice, como Vale (ON -0,89%) - que es-

tá para divulgar relatório de produção, observa a Guide - e grandes bancos (BB ON -1,13%, Bradesco ON -1,05%, Itaú PN -0,75% e Santander Unit -0,85%, na mínima do dia no fechamento).

Na ponta ganhadora do Ibovespa, WEG (+3%), Eletro (+2,97%), MRV (+2,34%) e Lojas Renner (+1,39%). No lado oposto, Assaí (-5,32%), Alparagatas (-5,05%), Carrefour Brasil (-4,4%) e Locaweb (-4,34%), com ambas as pontas ocupadas em geral por ações correlacionadas ao ciclo doméstico, em um dia negativo também para as de commodities e para as empresas com exposição à demanda externa.

DÓLAR SOBE 1,61%

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em alta de 1,61%, cotado a R\$ 5,2688, após ter flertado no fim da manhã com o nível de R\$ 5,29, ao registrar máxima a R\$ 5,2875. Foi o quinto pregão consecutivo de avanço da moeda americana, período em que acumulou ganhos de 5,21%. No ano, o dólar apresenta valorização de 8,56%.

2024

FMI projeta crescimento de 3,2% do PIB mundial

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta crescimento de 3,2% para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, tanto em 2024 como em 2025. O percentual é o mesmo observado também em 2023. De acordo com o informe Perspectivas da Economia Mundial, divulgado ontem pela entidade, o Brasil crescerá 2,2% em 2024 e 2,1% em 2025.

Segundo o informe, colaboraram para o resultado mundial a desaceleração das economias emergentes e em desenvolvimento (4,3% em 2023 a 4,2% em 2024 e 2025), associada à "ligeira aceleração" das economias avançadas (1,6% em 2023; 1,7%

em 2024 e 1,8% em 2025).

O país com projeção de maior crescimento é a Índia (6,8% em 2024; e 6,5% em 2025). Para a China, a previsão é de crescimento econômico de 4,6% este ano; e de 4,1% em 2025. A Rússia deverá crescer 3,2% em 2024 e 1,8% em 2025.

Já os Estados Unidos têm um crescimento projetado de 2,7% em 2024, e de 1,9% em 2025, enquanto a Zona do Euro deverá colher um crescimento econômico de 0,8% em 2024 e de 1,5% em 2025.

INFLAÇÃO

Sobre a inflação mundial, o FMI explica que a previsão é que caia de forma constante: 6,8% em 2023; 5,9% em 2024 e

4,5% em 2025.

"A atividade econômica foi surpreendentemente resiliente durante a desinflação mundial de 2022 e 2023. Conforme a inflação caía de seu pico em 2022, a atividade cresceu de forma constante, apesar dos índices de estagnação (termo utilizado para descrever cenários de estagnação com inflação) e recessão mundial", detalhou o informe.

Entre os motivos apontados para o crescimento lento que vem sendo observado estão os efeitos a mais longo prazo da pandemia, a guerra na Ucrânia, o baixo crescimento da produção e a divisão geoeconômica.

Segundo o levantamento, o crescimento do emprego e dos

rendimentos mantêm-se constante, devido a uma "evolução positiva do lado da procura" - em especial relativa ao gasto público, aos consumos locais maiores que o previsto e à expansão da oferta.

Apesar de ver equilíbrio para as perspectivas mundiais, o FMI pondera que há riscos de uma nova escalada de preços por causa de tensões geopolíticas, como a da guerra na Ucrânia e o conflito em Gaza e Israel.

Na avaliação da entidade, esse cenário, associado à persistência da inflação em países de onde há fuga de mão de obra, pode refletir em aumento das expectativas de taxas de juros, bem como na redução de preços de ativos.

BID

Goldfajn: AL precisa dar condições para conseguir atrair investimentos

ALINE BRONZATI/AE

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, afirmou que a região da América Latina e Caribe vive o início de um ponto de inflexão, mas precisa criar condições para atrair investimentos estrangeiros.

"A América Latina e Caribe têm diversos desafios, mas também oportunidades. Primeiro,

precisa criar condições para atrair investimentos e a segunda parte é como transformar aumento de investimento de fora em maior produtividade", disse Ilan, em evento da Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em Washington DC.

Ele lembrou que no ano passado a região da América Latina e Caribe cresceu acima das expectativas, impulsionada por países que até então avançava-

vam em menor ritmo. Os maiores avanços econômicos vieram do Brasil e do México. No passado, os destaques costumavam a ser Peru, Colômbia e Chile.

"Isso se inverteu. Pode ser uma coincidência ou o começo de um ponto de inflexão motivado por oportunidades que estão em áreas como transição ecológica, insegurança alimentar", disse Ilan. "Esse ponto de

inflexão tem de ser aproveitado. O mundo precisa mais da América Latina que no passado", concluiu.

Ilan participa de evento com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e representantes de empresas americanas como Cargill, Prudential Financial, Bank of America, Mastercard e outras, na sede de Câmara do Comércio dos EUA.

RECEITA

Fisco quer cooperação de agências em análise de compras no exterior

FERNANDA TRISOTTO/AE

O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse ontem, que o Fisco está atento a remessas internacionais que concorrem com produtos da indústria nacional e representam riscos ao consumidor. O movimento visa a coibir contrabando e verificar se os produtos importados seguem o padrão de qualidade exigido da indústria nacional, em um trabalho que exigirá a cooperação das agências reguladoras.

Segundo o secretário, a ideia é avaliar a qualidade dos produtos. Se confirmada uma qualidade inconsistente com o padrão vendido no País, esse item poderia ser barrado, devolvido imediatamente, e avaliada alguma restrição à plataforma que disponibiliza o item para venda.

"As três grandes agências - Anatel, em relação a eletrônicos; Anvisa, em relação a cosméticos; e Inmetro, em relação a tecido, calçados e brinquedo -, chamamos eles ao debate. Nós precisamos avançar", disse o secretário.

O secretário reconheceu que há uma concorrência desleal mais forte em alguns segmentos, como é o caso dos eletrônicos, em que a indústria nacional acaba "competindo" com preços de produtos fruto de contrabando. Ele também citou o segmento de cosméticos e de brinquedos como setores cujos produtos que vêm

do exterior podem ser mais danosos aos compradores. O Fisco também monitora a situação dos setores de vestuário e calçados.

Barreirinhas também disse que o Fisco monitora o comportamento das plataformas e fará relatórios bimestrais sobre a movimentação, incluindo a sugestão de alíquotas para o imposto de importação. "A Receita Federal tem ferramentas, independente da legalidade, para limitar abusos ao comércio nacional e utilizaremos eles para que isso não saia do controle", disse o secretário após ser questionado sobre uma decisão da Justiça que ampliou a isenção do imposto de importação para remessas acima de US\$ 100, em vez de US\$ 50, ao derrubar a distinção entre Correios e empresas privadas.

Ele ainda lembrou que as plataformas que aderiram ao Remessa Conforme tem encomendas que já chegam ao País com o ICMS, tributo estadual, pago. Atualmente, a alíquota está fixada em 17%, mas há discussões no âmbito dos Estados e do Confaz para elevar essa alíquota. Caso esse debate avance, o aumento do tributo só passaria a valer em 2025.

O secretário participou de evento promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), ontem, para comentar o Projeto de Lei 15/2024, que trata de programas de conformidade do Fisco e do devedor contumaz.

VALE

Produção de minério de ferro atinge 70,837 milhões de toneladas no 1º tri

JULIANA GARÇON E JORGE BARBOSA/AE

A produção de minério de ferro da Vale no primeiro trimestre deste ano aumentou 6,1% em relação a igual período de 2023, alcançando 70,837 milhões de toneladas. Na comparação com o trimestre anterior, a produção de miné-

rio retraiu 20,8%, informou a mineradora em seu relatório de produção e vendas divulgado ontem.

A Vale destacou um aumento considerável nas vendas durante o primeiro trimestre de 2024. No período, a empresa comercializou 63,826 milhões de toneladas da commodity, alta de 14,7% na comparação anual e

queda de 29,3% no intervalo trimestral.

Segundo a Vale, o trimestre foi marcado por "vendas robustas de minério de ferro", impulsionado pela melhoria consistente nas operações da commodity.

As vendas de finos atingiram 52,546 milhões de toneladas, aumento de 14,6% ante igual pe-

ríodo do ano passado e retração de 32,5% na comparação sequencial.

Já as vendas de pelotas aumentaram 13,4% na comparação anual e diminuíram 10,3% no intervalo trimestral, para 9,225 milhões de toneladas, enquanto a produção de pelotas foi de 8,467 milhões de toneladas, aumento de 1,8%.

INVESTIMENTOS

Rodovias licitadas em SP receberão R\$ 4,3 bilhões

CAMILA BOEHM/ABRASIL

O governo de São Paulo realizou ontem, na B3, o leilão de concessão de rodovias do Lote Litoral do estado. O Consórcio Novo Litoral, liderado pela Companhia Brasileira de Infraestrutura, venceu o leilão, que prevê investimentos de R\$ 4,3 bilhões em melhorias nos trechos que ligam o Alto Tietê ao litoral sul. Os trechos foram licitados na forma de parceria público-privada (PPP), que prevê a outorga de serviços públicos

com cobrança de tarifa dos usuários e a aplicação de recursos por parte do estado em forma de contraprestação.

O critério do leilão foi o menor valor da contraprestação pública a ser paga pelo estado em favor da concessionária. A empresa que oferecesse o maior percentual de desconto sobre esse valor - fixado pelo governo em R\$ 199 milhões - seria a vencedora do certame. O Consórcio Novo Litoral ofereceu 10,17% de desconto, vencendo o leilão. A outra empresa que participou da disputa, a Acciona, havia

oferecido desconto de 1%.

Segundo o governo, os investimentos serão aplicados em duplicação, ampliação de vias, acessos, melhorias em dispositivos de acesso e retorno, obras de infraestrutura viária, além de serviços como atendimento por equipes de socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento das rodovias por sistemas de câmeras.

"Ao todo, serão mais de 90 km de duplicações, 10 km de faixas de ultrapassagem e 47 km de acostamentos. Também serão

construídos 73 km de ciclovias e 27 novas passarelas para passagens de pedestres", informou, em nota, o governo estadual.

Há previsão também de adoção do sistema automático livre para o pagamento de tarifas de pedágio, conhecido como free flow.

A concessão integra o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SP), com 30 anos de contrato. A fiscalização contratual será de responsabilidade da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

O projeto contempla 213 km das rodovias SP-055 (Rodovia Padre Manoel da Nóbrega), SP-088 (Mogi-Dutra) e SP-098 (Mogi-Bertioga), que passam pelos municípios de Arujá, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Bertioga, Santos, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Itariri, Pedro de Toledo e Miracatu.

Diário do Acionista

Tels: (21) 99122-4278

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

| Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 | | | | Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------|--|---------------------|-----------------------|----------------------------------------|----------------------|-----------------------|------------------------------------|-----------------|-----------------|------------------------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------|-----------|------------|-------------------------------------|------------|--------------|----------------|------------|--------------|-------------------------------|------------|------------|---------------------------------------|------------|------------|---------------------------------|-----------|-----------|-------------------|------------|--------------|--------------------------------|--------------|---------------------|----------------------|-------------------|---------------------|-----------------------------------|--------------|-----------|-----------------------------------------|--------------|--------------|-----------------------|--------------|--------------|--------|----------|--------|--|----------|-----------|--|----------------------|----------------------|--|----------------------|----------------------|--|----------------------|----------------------|
| (Valores expressos em Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Nota | 2023 | 2022 | Capital social | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo | | | | 5.000.000,00 | 28.196.916,13 | 427.411,91 | 33.624.328,04 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 22.580.113,63 | 12.199.459,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 6 | 16.416.101,32 | 16.941.837,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Impostos a recuperar | 7 | 17.889.666,38 | 17.103.831,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Adiantamentos Fornecedores | 8.1 | 13.648,65 | 6.887,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Adiantamentos diversos | 8.2 | 170.009,39 | 139.154,29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 57.069.539,37 | 46.391.169,29 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Créditos e valores | 9 | 4.699.628,92 | 4.699.628,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Consórcios | 10 | 2.331.717,14 | 1.802.064,74 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imobilizado | 11 | 5.103.319,49 | 3.066.125,36 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 12.134.665,55 | 9.567.819,02 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 69.204.204,92 | 55.958.988,31 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Passivo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Obrigações fiscais e previdenciárias | 12 | 1.780.074,30 | 940.423,30 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores e outras obrigações | 13 | 9.560.922,41 | 6.643.093,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a pagar | 13 | 16.739.744,76 | 14.751.143,48 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 28.080.741,47 | 22.334.660,27 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Capital social | 14.1 | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reservas de lucros | 14.2 | 28.196.916,13 | 28.196.916,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro Acumulado | 14.3 | 427.411,91 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustes exercícios anteriores | 14.3 | (3.292.412,03) | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro do exercício | 14.3 | 34.571.458,91 | 21.289.092,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucros distribuídos | 14.4 | (23.779.911,47) | (20.861.680,22) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 41.123.463,45 | 33.624.328,04 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 69.204.204,92 | 55.958.988,31 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Nota | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita operacional, líquida | 15 | 237.027.392,13 | 175.638.965,44 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Custos dos serviços vendidos | 16 | (155.380.606,91) | (117.258.980,29) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro bruto | | 81.646.785,22 | 58.380.005,15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Recargas (despesas) operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 17 | (26.046.249,42) | (25.983.641,17) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquido | 18 | (3.920.420,92) | (764.983,01) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro operacional | | 51.680.114,88 | 31.631.380,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas financeiras, líquidas | 19 | (836.793,46) | (821.672,25) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL | | 52.516.908,34 | 32.453.053,22 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 20 | (17.945.449,43) | (11.163.961,09) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 34.571.458,91 | 21.289.092,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Quantidade de ações | | 5.000.000 | 5.000.000 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido por ação | | 6,9143 | 4,2578 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 34.571.458,91 | 21.289.092,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Depreciações e amortizações | | 172.476,97 | 1.847.758,26 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ajustes de exercícios anteriores | | (3.292.412,03) | (19.382,38) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 31.451.523,85 | 23.117.468,01 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento/(redução) nos ativos operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de contas a receber de clientes | | 525.736,48 | (11.946.757,32) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de impostos a recuperar | | (785.835,38) | (9.230.820,37) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de adiantamento a fornecedores | | (6.761,57) | 55.214,42 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de outros valores | | (30.855,10) | (1.936,95) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | (297.715,57) | (21.124.300,22) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento/(redução) nos passivos operacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de fornecedores | | 3.002.162,98 | (4.000.443,54) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a Pagar | | 2.285.948,79 | 14.737.157,60 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de obrigações fiscais e previdenciárias | | 839.651,00 | (98.055,87) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 6.127.762,77 | 10.638.658,19 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 37.281.571,05 | 12.631.825,98 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pagamento de compra de imobilizado e intangível | | (2.741.971,10) | (2.055.478,05) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Pagamento de dividendos | | (23.779.911,47) | (20.861.680,22) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa líquido usado nas atividades e investimentos | | (26.521.882,57) | (22.917.158,27) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de empréstimos e financiamentos—circulante e não circulante | | 150.618,43 | 280.371,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Variação de consórcios | | (529.652,40) | (1.137.027,44) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamento | | (379.033,97) | (856.656,36) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa | | 10.380.654,51 | (11.141.988,65) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Disponibilidades | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 12.199.459,12 | 23.341.447,77 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 22.580.113,63 | 12.199.459,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa | | 10.380.654,51 | (11.141.988,65) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Contexto operacional: A empresa é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de janeiro de 2007 e localizada na Estrada Velha de Maricá, nº 249, Várzea das Moças, na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, a empresa tem como objetivo a elaboração de projetos, construção, reforma e manutenção no âmbito de engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia de telecomunicação, execução de projetos de arquitetura e urbanização em geral e todas as atividades na especialidade de engenharia de segurança do trabalho. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com os Pronunciamentos de Contabilidade (coletivamente "CPCs") emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3. 3. Sumário das principais práticas contábeis adotadas: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: 3.1 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa. b) Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado da empresa. 3.2 Caixa e equivalente caixa: Na rubrica de "caixa e equivalentes de caixa", estão registrados os saldos de caixa, banco conta movimento e de aplicações financeiras com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor. 3.3 Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos duvidosos (se houver) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. 3.4 Ativo Intangível: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida estimável de cinco anos. 3.5 Ativo imobilizado: O ativo imobilizado está registrado ao custo histórico, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear e contabilizadas como despesa operacional, em função da utilização do bem. 3.6 Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3.7 Contas a pagar fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificado como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 3.8 Imposto de renda e contribuição social corrente: As despesas de imposto de renda e contribuição social foram recolhidas de forma antecipada, por estimativa mensal, sendo feita a apuração anual, ao final do exercício. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. 3.9 Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela realização dos serviços prestados no curso normal das atividades da empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade. (a) Prestação de Serviços: A empresa presta serviços de elaboração de projetos, construção, reforma e manutenção no âmbito da engenharia civil, elaboração de projetos, manutenção, reforma e construção de sistemas elétricos de distribuição, transmissão, geração de sistemas de iluminação no âmbito da engenharia elétrica, elaboração de projetos e montagem e manutenção de sistemas de telecomunicações. Todas as atividades dos Engenheiros na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho; Terceirização de mão de obra especializada sob qualquer forma, inclusive alocação de mão de obra temporária e fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros. Os serviços são reconhecidos sempre que a empresa apresenta medições vinculadas aos projetos pactuados em contratos, a qual não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos serviços. (b) Recargas (despesas) financeiras: As recargas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. 4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: (a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da empresa sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber. (b) Provisão para contingências: A administração da empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais. 5. Caixa e equivalente: As aplicações financeiras efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se a investimentos de curto prazo em Fundos DI e CDBs, com liquidez imediata e sem restrições de uso. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa</td> <td>1.069,02</td> <td>1.069,02</td> </tr> <tr> <td>Banco conta movimento</td> <td>724,96</td> <td>164.464,05</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>1.793,98</td> <td>165.533,07</td> </tr> <tr> <td></td> <td>22.578.319,65</td> <td>12.033.926,05</td> </tr> <tr> <td></td> <td>22.580.113,63</td> <td>12.199.459,12</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | Caixa | 1.069,02 | 1.069,02 | Banco conta movimento | 724,96 | 164.464,05 | Aplicações financeiras | 1.793,98 | 165.533,07 | | 22.578.319,65 | 12.033.926,05 | | 22.580.113,63 | 12.199.459,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa | 1.069,02 | 1.069,02 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Banco conta movimento | 724,96 | 164.464,05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 1.793,98 | 165.533,07 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 22.578.319,65 | 12.033.926,05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 22.580.113,63 | 12.199.459,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6. Contas a receber de clientes | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Clientes nacionais | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>16.416.101,32</td> <td>16.941.837,80</td> </tr> <tr> <td></td> <td>16.416.101,32</td> <td>16.941.837,80</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | | 16.416.101,32 | 16.941.837,80 | | 16.416.101,32 | 16.941.837,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.416.101,32 | 16.941.837,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.416.101,32 | 16.941.837,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| A composição da rubrica de contas a receber de clientes por vencimento é a | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11. Imobilizado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Taxa de Depreciação</th> <th>Saldo líquido em 2022</th> <th>Adições</th> <th>Baixas e Depreciação</th> <th>Saldo líquido em 2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Edifícios e Construções</td> <td>5%</td> <td>733.857,25</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>733.857,25</td> </tr> <tr> <td>Máq. Equipamentos e Ferramentas</td> <td>10%</td> <td>842.341,09</td> <td>419.054,00</td> <td>365.488,72</td> <td>895.906,37</td> </tr> <tr> <td>Móveis e Utensílios e Instalações</td> <td>10%</td> <td>146.743,51</td> <td>90.972,61</td> <td>42.083,76</td> <td>195.632,36</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>20%</td> <td>1.243.183,51</td> <td>2.179.990,00</td> <td>287.625,00</td> <td>3.135.548,51</td> </tr> <tr> <td>Construção em andamento</td> <td>-</td> <td>100.000,00</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>100.000,00</td> </tr> <tr> <td>Computadores e periféricos</td> <td>20%</td> <td>-</td> <td>51.954,49</td> <td>9.579,49</td> <td>42.375,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>3.066.125,36</td> <td>2.741.971,10</td> <td>704.776,97</td> <td>5.103.319,49</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | Taxa de Depreciação | Saldo líquido em 2022 | Adições | Baixas e Depreciação | Saldo líquido em 2023 | Edifícios e Construções | 5% | 733.857,25 | - | - | 733.857,25 | Máq. Equipamentos e Ferramentas | 10% | 842.341,09 | 419.054,00 | 365.488,72 | 895.906,37 | Móveis e Utensílios e Instalações | 10% | 146.743,51 | 90.972,61 | 42.083,76 | 195.632,36 | Veículos | 20% | 1.243.183,51 | 2.179.990,00 | 287.625,00 | 3.135.548,51 | Construção em andamento | - | 100.000,00 | - | - | 100.000,00 | Computadores e periféricos | 20% | - | 51.954,49 | 9.579,49 | 42.375,00 | | | 3.066.125,36 | 2.741.971,10 | 704.776,97 | 5.103.319,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Taxa de Depreciação | Saldo líquido em 2022 | Adições | Baixas e Depreciação | Saldo líquido em 2023 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Edifícios e Construções | 5% | 733.857,25 | - | - | 733.857,25 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Máq. Equipamentos e Ferramentas | 10% | 842.341,09 | 419.054,00 | 365.488,72 | 895.906,37 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Móveis e Utensílios e Instalações | 10% | 146.743,51 | 90.972,61 | 42.083,76 | 195.632,36 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Veículos | 20% | 1.243.183,51 | 2.179.990,00 | 287.625,00 | 3.135.548,51 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Construção em andamento | - | 100.000,00 | - | - | 100.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Computadores e periféricos | 20% | - | 51.954,49 | 9.579,49 | 42.375,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 3.066.125,36 | 2.741.971,10 | 704.776,97 | 5.103.319,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12. Obrigações fiscais e previdenciárias | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Apta Import. Export. Eireli</td> <td>1.388.629,64</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Alcobaca Street Wear Com. Roupas e Acess. Ltda</td> <td>99.190,86</td> <td>47.507,06</td> </tr> <tr> <td>Kian Importação Ltda</td> <td>395.219,91</td> <td>95.044,57</td> </tr> <tr> <td>Comercial Elétrica Guerreiro Ltda</td> <td>192.890,85</td> <td>144.784,27</td> </tr> <tr> <td>Oceanica Ferro e Aço Com. Ltda</td> <td>144.784,27</td> <td>87.026,40</td> </tr> <tr> <td>Leroy Merlin Cia Brasileira</td> <td>87.026,40</td> <td>57.587,11</td> </tr> <tr> <td>Mill Watts Com. Mat. Elétricos Ltda</td> <td>116.629,37</td> <td>102.275,10</td> </tr> <tr> <td>Ferrari Tintas</td> <td>215.841,93</td> <td>246.557,00</td> </tr> <tr> <td>Couto e Signe Com. Serv. Ltda</td> <td>456.517,22</td> <td>236.900,57</td> </tr> <tr> <td>Marins e Marcos Com. de Madeiras Ltda</td> <td>236.900,57</td> <td>94.800,80</td> </tr> <tr> <td>Petala Docor. Mat. Constr. Ltda</td> <td>94.800,80</td> <td>92.697,00</td> </tr> <tr> <td>Tintas Noret Ltda</td> <td>125.027,85</td> <td>3.454.792,03</td> </tr> <tr> <td>Mercolux Instaladora Com. Ltda</td> <td>4.882.718,05</td> <td>7.649.928,54</td> </tr> <tr> <td>L E E Ferragens Ltda</td> <td>1.461.235,90</td> <td>2.034.473,98</td> </tr> <tr> <td>WCT 2010 Materiais Elétricos Ltda</td> <td>1.123.598,30</td> <td>52.500,72</td> </tr> <tr> <td>RM do Engenho Artefatos de Cimento Ltda</td> <td>(673.840,33)</td> <td>(326.599,26)</td> </tr> <tr> <td>Cedisa Central de Aço</td> <td>1.910.993,87</td> <td>1.760.375,44</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>3.000,00</td> <td>979,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>9.371,23</td> <td>17.769,95</td> </tr> <tr> <td></td> <td>16.729.394,53</td> <td>14.729.394,53</td> </tr> <tr> <td></td> <td>16.739.744,76</td> <td>14.751.143,48</td> </tr> <tr> <td></td> <td>26.300.667,17</td> <td>21.394.236,97</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | Fornecedores | | | Apta Import. Export. Eireli | 1.388.629,64 | - | Alcobaca Street Wear Com. Roupas e Acess. Ltda | 99.190,86 | 47.507,06 | Kian Importação Ltda | 395.219,91 | 95.044,57 | Comercial Elétrica Guerreiro Ltda | 192.890,85 | 144.784,27 | Oceanica Ferro e Aço Com. Ltda | 144.784,27 | 87.026,40 | Leroy Merlin Cia Brasileira | 87.026,40 | 57.587,11 | Mill Watts Com. Mat. Elétricos Ltda | 116.629,37 | 102.275,10 | Ferrari Tintas | 215.841,93 | 246.557,00 | Couto e Signe Com. Serv. Ltda | 456.517,22 | 236.900,57 | Marins e Marcos Com. de Madeiras Ltda | 236.900,57 | 94.800,80 | Petala Docor. Mat. Constr. Ltda | 94.800,80 | 92.697,00 | Tintas Noret Ltda | 125.027,85 | 3.454.792,03 | Mercolux Instaladora Com. Ltda | 4.882.718,05 | 7.649.928,54 | L E E Ferragens Ltda | 1.461.235,90 | 2.034.473,98 | WCT 2010 Materiais Elétricos Ltda | 1.123.598,30 | 52.500,72 | RM do Engenho Artefatos de Cimento Ltda | (673.840,33) | (326.599,26) | Cedisa Central de Aço | 1.910.993,87 | 1.760.375,44 | Outros | 3.000,00 | 979,00 | | 9.371,23 | 17.769,95 | | 16.729.394,53 | 14.729.394,53 | | 16.739.744,76 | 14.751.143,48 | | 26.300.667,17 | 21.394.236,97 |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apta Import. Export. Eireli | 1.388.629,64 | - | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Alcobaca Street Wear Com. Roupas e Acess. Ltda | 99.190,86 | 47.507,06 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Kian Importação Ltda | 395.219,91 | 95.044,57 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Comercial Elétrica Guerreiro Ltda | 192.890,85 | 144.784,27 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Oceanica Ferro e Aço Com. Ltda | 144.784,27 | 87.026,40 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Leroy Merlin Cia Brasileira | 87.026,40 | 57.587,11 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mill Watts Com. Mat. Elétricos Ltda | 116.629,37 | 102.275,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ferrari Tintas | 215.841,93 | 246.557,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Couto e Signe Com. Serv. Ltda | 456.517,22 | 236.900,57 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Marins e Marcos Com. de Madeiras Ltda | 236.900,57 | 94.800,80 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Petala Docor. Mat. Constr. Ltda | 94.800,80 | 92.697,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Tintas Noret Ltda | 125.027,85 | 3.454.792,03 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mercolux Instaladora Com. Ltda | 4.882.718,05 | 7.649.928,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| L E E Ferragens Ltda | 1.461.235,90 | 2.034.473,98 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| WCT 2010 Materiais Elétricos Ltda | 1.123.598,30 | 52.500,72 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RM do Engenho Artefatos de Cimento Ltda | (673.840,33) | (326.599,26) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Cedisa Central de Aço | 1.910.993,87 | 1.760.375,44 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outros | 3.000,00 | 979,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 9.371,23 | 17.769,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.729.394,53 | 14.729.394,53 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.739.744,76 | 14.751.143,48 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 26.300.667,17 | 21.394.236,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Bradesco S.A. Financiamentos a pagar—Bradesco S.A. Encargos Financ a Transcorrer | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários a pagar</td> <td>3.000,00</td> <td>979,00</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>979,00</td> <td>979,00</td> </tr> <tr> <td>Rescisão a pagar</td> <td>9.371,23</td> <td>17.769,95</td> </tr> <tr> <td>Mutuo—Plena Participações S.A.</td> <td>16.729.394,53</td> <td>14.729.394,53</td> </tr> <tr> <td></td> <td>16.739.744,76</td> <td>14.751.143,48</td> </tr> <tr> <td></td> <td>26.300.667,17</td> <td>21.394.236,97</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | Salários a pagar | 3.000,00 | 979,00 | Outras contas a pagar | 979,00 | 979,00 | Rescisão a pagar | 9.371,23 | 17.769,95 | Mutuo—Plena Participações S.A. | 16.729.394,53 | 14.729.394,53 | | 16.739.744,76 | 14.751.143,48 | | 26.300.667,17 | 21.394.236,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Salários a pagar | 3.000,00 | 979,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outras contas a pagar | 979,00 | 979,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Rescisão a pagar | 9.371,23 | 17.769,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mutuo—Plena Participações S.A. | 16.729.394,53 | 14.729.394,53 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 16.739.744,76 | 14.751.143,48 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 26.300.667,17 | 21.394.236,97 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14. Patrimônio líquido: 14.1 Capital social: O capital da empresa, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional até 31/12/2023 é no total de R\$ 5.000.000,00 nominativas, sem valor nominal, assim distribuídos entre os sócios: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Ações</th> <th>Valores em R\$</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Plena Participações S.A.</td> <td>5.000.000</td> <td>5.000.000,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>5.000.000</td> <td>5.000.000,00</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | Ações | Valores em R\$ | Plena Participações S.A. | 5.000.000 | 5.000.000,00 | | 5.000.000 | 5.000.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ações | Valores em R\$ | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Plena Participações S.A. | 5.000.000 | 5.000.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 5.000.000 | 5.000.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14.2 Reservas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reserva legal</td> <td>1.000.000,00</td> <td>1.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>Reserva de lucro para contingência</td> <td>27.196.916,13</td> <td>27.196.916,13</td> </tr> <tr> <td></td> <td>28.196.916,13</td> <td>28.196.916,13</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | Reserva legal | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | Reserva de lucro para contingência | 27.196.916,13 | 27.196.916,13 | | 28.196.916,13 | 28.196.916,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Reserva de lucro para contingência | 27.196.916,13 | 27.196.916,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 28.196.916,13 | 28.196.916,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| O montante de R\$ 28.196.916,13 registrado no exercício de 2023 na conta de reservas. 14.3 Lucros acumulados: A empresa tem o saldo referente ao exercício de 2022 no valor de R\$ 427.411,91 obteve um lucro após apuração de IRPJ e CSLL no valor total de R\$ 34.571.458,91, sendo distribuídos 23.779.911,47, e feito lançamento de ajustes no valor de R\$ 3.292.412,03 ficando com um saldo líquido de R\$ 7.926.547,32. 14.4 Lucros distribuídos: A empresa distribuiu no ano de 2023 o valor total de R\$ 23.779.911,47 de dividendos, retirados do lucro líquido auferido do exercício. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 15. Receita Operacional, líquida | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita operacional bruta</td> <td>257.855.106,55</td> <td>190.435.851,39</td> </tr> <tr> <td>Encargos de vendas</td> <td>(20.827.714,42)</td> <td>(14.796.885,95)</td> </tr> <tr> <td>Encargos de vendas</td> <td>20.827.714,42</td> <td>14.796.885,95</td> </tr> <tr> <td>Receita operacional líquida</td> <td>257.855.106,55</td> <td>190.435.851,39</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | Receita operacional bruta | 257.855.106,55 | 190.435.851,39 | Encargos de vendas | (20.827.714,42) | (14.796.885,95) | Encargos de vendas | 20.827.714,42 | 14.796.885,95 | Receita operacional líquida | 257.855.106,55 | 190.435.851,39 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita operacional bruta | 257.855.106,55 | 190.435.851,39 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Encargos de vendas | (20.827.714,42) | (14.796.885,95) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Encargos de vendas | 20.827.714,42 | 14.796.885,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Receita operacional líquida | 257.855.106,55 | 190.435.851,39 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 16. Custos dos produtos e serviços vendidos: O montante de R\$ 155.380.606,91 registrado no exercício de 2023 e R\$ 117.258.980,29 em 2022, na rubrica de "custos dos serviços" refere-se a custo de serviços prestados, incluindo-se, a alocação sistemática de custos fixos e variáveis ocorridos para a prestação de serviços realizada. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 17. Despesas gerais e administrativas | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com suprimentos e manutenções</td> <td>21.585.619,52</td> <td>19.050.941,38</td> </tr> <tr> <td>Despesas tributárias</td> <td>1.635.407,18</td> <td>1.247.434,93</td> </tr> </tbody> </table> | | | | | | | | | 2023 | 2022 | Despesas com suprimentos e manutenções | 21.585.619,52 | 19.050.941,38 | Despesas tributárias | 1.635.407,18 | 1.247.434,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 2023 | 2022 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas com suprimentos e manutenções | 21.585.619,52 | 19.050.941,38 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Despesas tributárias | 1.635.407,18 | 1.247.434,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| Cliente | Corrente | Vencidos de 91 a 360 dias | Total 2023 | Total 2022 |
|------------------------------|--------------|---------------------------|--------------|--------------|
| Prefeitura Municipal Niterói | 5.754.270,03 | - | 5.754.270,03 | 7.781.381,54 |

JUSTIÇA

É intolerável que o crime organizado desafie o Estado', diz novo 'MP'

RAYSSA MOTTA/AE

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, tomou posse ontem, após ter sido nomeado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) para comandar o Ministério Público do Estado no próximo biênio.

A posse foi administrativa, no Ministério Público, e a partir de agora ele responde oficialmente pela instituição. Uma sessão solene com autoridades externas ainda será organizada para coroar a indicação.

Diante dos procuradores que compõem o Órgão Especial do MP, Paulo Sérgio prometeu intensificar a atuação do Ministério Público junto aos tribunais superiores contra teses que dificultam o combate ao crime.

Em coletiva de imprensa, após a sessão, afirmou que algumas decisões, sobretudo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deixam a sociedade "sem compreender" e se apegam a um "formalismo excessivo" que dificulta a atuação dos órgãos de investigação e segurança.

"Eu não generalizo", ressaltou ao acrescentar que respeita as decisões judiciais e que todos os questionamentos serão apresentados "respeitosamente" e nos autos.

"O MP é parte. O nosso lado é o da sociedade, é o lado da vítima O réu, com todos os direitos humanos e respeito que deve ter, tem que ser firmemente apontada a sua responsabilidade e levado aos tribunais superiores para que a sua condenação seja mantida e não gere na sociedade essa sensação de impunidade. Isso desanima as forças policiais, o Ministério Público e o sistema de Justiça."

Em seu discurso, também fez um aceno aos rivais na eleição. O pleito voltou a ser

disputado após a hegemonia do ex-procurador Mario Sarubbo, que concorreu à reeleição sem oposição em 2022. Ele deixou o segundo mandato antes do fim, para assumir a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

"A presença de todos (os candidatos) fortaleceu e qualificou ainda mais o instante democrático. Foram ricos os debates de ideias e de projetos institucionais", disse o novo PGJ. "Superado o período eleitoral, é hora de administrar coletivamente."

Mesmo fora do Ministério Público, Sarubbo foi um importante cabo-eleitoral do sucessor, citado nominalmente nos agradecimentos do seu discurso. Paulo Sérgio também teve o apoio do secretário de Governo, Gilberto Kassab, nome forte da gestão Tarcísio, e do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"A lista não é classificatória, é uma lista triplíce. Todos nós conhecemos pessoas nas nossas vidas. É uma trajetória muito longa. Eu tive a oportunidade de conhecer o prefeito Gilberto Kassab, como o ministro Alexandre foi o nosso grande promotor de Justiça por muito anos. Essas questões eu não misturo."

O procurador foi o terceiro colocado na lista, ou seja, o menos votado entre os candidatos classificados para a escolha do governador. "A escolha é absolutamente privativa do governador. É uma representação indireta do povo de São Paulo", defendeu. "A partir de formada a lista, é praticamente zerada a disputa."

Paulo Sérgio elogiou o governador no discurso de posse. Segundo ele, Tarcísio mantém uma "relação institucional elevada, profícua e de grande prestígio com o Ministério Público".

EMAE

Leilão da estatal de energia de São Paulo será sexta-feira

O governo de São Paulo realiza, na próxima sexta-feira, o leilão que irá consolidar a privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). A divulgação dos valores propostos pelas companhias interessadas ocorrerá na sede da B3, na capital paulista.

A modalidade de venda será o leilão em lote único, sendo que este abrange 14,7 milhões de ações, das quais 1,4 milhões são de titularidade do governo e 350 mil da Companhia do Metropolitanano de São Paulo (Metró). Para vencer, o lance mínimo, portanto, o lance deve ficar acima de R\$ 776,89 milhões, já que cada ação está sendo vendida a R\$ 52,85.

Pelas regras do leilão, poderá ser feito um viva-voz durante a sessão, caso haja algum lance

que fique em um patamar até 20% abaixo da melhor proposta apresentada. Os interessados também deverão apresentar garantias financeiras de 1% do valor total estipulado para a alienação das ações.

A Emae é detentora e operadora de um sistema hidráulico e gerador de energia elétrica localizado na Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e Médio Tietê. De acordo com informações divulgadas pela gestão estadual, a empresa conta com 361 funcionários, em alteração devido a programa de desligamento incentivado.

SABESP

A Emae entra no rol de empresas selecionadas para passar pelo processo de privatização, no território paulista. O leilão da companhia foi agendado para a mesma

semana em que a Câmara Municipal de São Paulo realiza audiências para debater a venda da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). A primeira delas ocorreu segunda-feira e a próxima está marcada para hoje, quando também deve acontecer uma manifestação em frente à Câmara.

No caso da Sabesp, o que está em pauta é se a Sabesp continua ou não responsável pelo abastecimento de água e prestação de serviço de esgoto na capital. O Projeto de Lei (PL) nº 163/2024, que propôs a privatização da empresa pública, foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), no início de dezembro de 2023, e sancionado pelo governador Tarcísio de Freitas.

A Sabesp atende 27 milhões de pessoas no estado (cerca de 70%

da população urbana) em 375 municípios (58% do total de cidades paulistas). Esses números têm sido mencionados por movimentos sociais que se opõem à privatização de empresas. No caso do fornecimento de água, destacam que o acesso ao saneamento básico é um direito fundamental, assegurado pela Constituição Federal, e que a privatização rompe com essa lógica, já que tende a piorar e encarecer os serviços oferecidos à população.

No início do ano passado, o Tarcísio de Freitas afirmou que a privatização da Emae e da Sabesp não provocariam o aumento no preço dos serviços prestados. O governador disse, ainda, na ocasião, que o objetivo é atrair investimentos e acelerar as metas de universalização dos serviços de água e esgoto estabelecidas para 2033.

JUROS E MULTAS

Dívidas de IPTU e ISS em São Paulo terão desconto de até 95%

RARIANE COSTA/AE

A Prefeitura de São Paulo divulgou a data de início para o Programa de Parcelamento Incentivado de 2024 (PPI 2024) que dará possibilidade de descontos de até 95% em juros e multas para pessoas que pagarem à vista débitos atrasados como IPTU e ISS. Os contribuintes da cidade poderão se inscrever no programa a partir do dia 29 de abril em um cadastro realizado pela internet.

Segundo a prefeitura, o PPI 2024 irá permitir a regularização de dívidas em créditos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajustados ou a ajustar, desde que o fato gerador tenha ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2023.

Não poderão ser incluídos no PPI 2024 os débitos referentes a obrigações de natureza contratual, infrações à legislação am-

biental, ISS do Simples Nacional, multas de trânsito, débitos incluídos em transação celebrada com a Procuradoria Geral do Município e débitos incluídos em PPI anteriores ainda não rompidos.

"É uma oportunidade para ficar em dia com a cidade, com descontos significativos e prazos diferenciados para a quitação dos débitos", disse o secretário municipal da Fazenda de São Paulo, Luís Felipe Vidal Arellano, em nota divulgada pelo Executivo.

DESCONTOS

A Prefeitura irá disponibilizar três faixas de descontos diferentes, de acordo com o número de parcelas mensais selecionadas.

Há possibilidade de pagamentos em parcela única, de duas a 60 parcelas ou de 61 a 120 parcelas. Os valores mínimos estabelecidos para cada parcela são de R\$ 50,00 para pessoas fi-

sicas e R\$ 300,00 para pessoas jurídicas. As faixas também são diferentes para débitos tributários e débitos não tributários.

DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

*Pagamento à vista: Redução de 95% do valor dos juros de mora, de 95% da multa e, quando o débito não estiver ajustado, de 75% dos honorários advocatícios;

*Pagamento em até 60 parcelas: Redução de 65% do valor dos juros de mora, de 55% da multa e, quando o débito não estiver ajustado, de 50% dos honorários advocatícios;

*Pagamento em até 120 parcelas: Redução de 45% do valor dos juros de mora, de 35% da multa e, quando o débito não estiver ajustado, de 35% dos honorários advocatícios, na hipótese de pagamento em 61 a 120 parcelas.

DÉBITOS

*Pagamento à vista: Redu-

ção de 95% do valor dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajustado, de 75% dos honorários advocatícios;

*Pagamento em até 60 parcelas: Redução de 65% do valor atualizado dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajustado, de 50% dos honorários advocatícios;

*Pagamento em até 120 parcelas: Redução de 45% do valor dos encargos moratórios incidentes sobre o débito principal e, quando o débito não estiver ajustado, de 35% dos honorários advocatícios.

Os valores em caso de parcelamento terão um acréscimo no valor extra que inclui juros, calculados usando a taxa de referência SELIC, mais 1% para o mês do pagamento. As parcelas serão pagas mensalmente em valores iguais.

FUNDAÇÃO

MP pede para gestora de TV se manifestar sobre pedido para suspender eleição

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) deu 72 horas para a Fundação Padre Anchieta (FPA) se manifestar na ação em que o deputado estadual Guto Zacarias (União) pede a suspensão da eleição de seis nomes para o conselho curador da entidade, ocorrida em fevereiro. A instituição, que é a mantenedora da TV Cultura, afirmou que tomará as devidas providências no prazo determinado.

O deputado argumenta que não houve disputa eleitoral porque o número de candidatos era igual o número de vagas abertas e que o presidente do conselho, Fábio Magalhães, indicou dois nomes quando poderia fazer apenas uma indicação. Também afirma que o prazo de 60 dias entre a convocação da reunião e a realização da eleição não foi cumprido. Na semana passada, a FPA disse que todas as normas foram respeitadas.

Zacarias queria que a eleição fosse suspensa liminarmente, mas o MP-SP preferiu adiar a decisão sobre esse ponto e só emitir um parecer sobre o pedido após a manifestação da fundação. Na avaliação da promotora Ana Paula Anderlini, uma

liminar neste momento poderia desfalcar e prejudicar o funcionamento do conselho.

Paralelamente, o parlamentar, que é vice-líder de governo, protocolou pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de São Paulo

(Alesp) para investigar a eleição dos conselheiros e também os gastos da fundação, que tem parte das despesas custeadas pelo Estado. São necessárias as assinaturas de 32 deputados.

Como mostrou o *Estadão*, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) estuda formas de au-

mentar a receita e cortar despesas de três fundações, entre elas a Padre Anchieta. O governador tem sinalizado a interlocutores que quer uma estrutura mais enxuta e eficiente - a entidade tem 743 funcionários via regime CLT, além de contratados como pessoa jurídica por projeto.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Sociedade por ações - CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.005.7653-3
EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 32ª (TRIGÉSIMA SEGUNDA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 32ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Adílio Inocencini, 474, conjuntos 1009 e 1010, nº 04.538.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 08.113.750/0001-19, neste ato denominada simplesmente como "emitente" ou "emissora", respectivamente, em conformidade com o disposto na Cláusula 12.º do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, lastreados em Direitos do Agronegócio devidos por Francisco Ferreira Camacho, celebrado em 31 de janeiro de 2023 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que tange a reunir-se em 2ª (segunda) convocação em assembleia geral de Titulares dos CRA ("AGT"), a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital "Microsoft Teams", cujo acesso será liberado, pela Emissora, de forma individual após devida habilitação do titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será realizada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de waiver temporário pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da aprovação em AGT, para a não declaração do Vencimento Antecipado Não Automático da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração essa devida até 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano calendário até a Data de Vencimento, nos termos da Cláusula 11.2, item "0" da CPR-F; (v) Autorização para a contratação do escritório Franco Leutenwiler Henriques Advogados ("FLH Advogados"), às expensas do Patrimônio Separado, para que sejam implementadas todas as diligências de validação antecipada do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e, consequentemente a não realização do resgate antecipado do CRA, nos termos da Cláusula 8.2, item "0" da CPR-F e da Cláusula 7.2 do Termo de Securitização, em função do descumprimento da obrigação de entregar para a Emissora a declaração anual do Emitente atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na CPR-F; (b) a não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações do Emitente perante o Credor; (c) o cumprimento das obrigações assumidas na CPR-F; declaração

A FAVOR DO TRÁFICO

Senado aprova PEC que criminaliza posse de drogas

SABRINA CRAIDE/ABRASIL

O Senado aprovou ontem, em dois turnos, a proposta que inclui na Constituição Federal a criminalização da posse e do porte de qualquer quantidade de droga ilícita. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) teve 53 votos favoráveis e nove contrários no primeiro turno, e 52 favoráveis e nove contrários no segundo turno. Apresentada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a PEC acrescenta um inciso ao art. 5º da Constituição Federal para considerar crime a posse e o porte, independentemente da quantidade de entorpecentes e drogas sem autorização ou em desacordo com a lei. Segundo a proposta, deve ser observada a distinção entre o traficante e o usuário pelas circunstâncias fáticas do caso concreto, aplicando aos usuários penas alternativas à prisão e tratamento contra dependência.

Pacheco esclareceu que a PEC faz uma ressalva sobre a impossi-

bilidade da privação de liberdade do porte para uso de drogas. "Ou seja, o usuário não será jamais penalizado com o encarceramento", disse. Ele também destacou que a utilização de substâncias derivadas de drogas ilícitas para uso medicinal não será afetada pela PEC.

Atualmente, a Lei nº 11.343, de 2006, conhecida como Lei das Drogas, estabelece que é crime vender, transportar ou fornecer drogas. A pena é de reclusão de cinco a 15 anos, além de multa. Adquirir, guardar, transportar ou cultivar drogas para consumo pessoal também é considerado crime pela lei atual, mas neste caso as penas previstas são advertências, medidas educativas e prestação de serviços à comunidade. A legislação não estabelece uma quantidade de entorpecentes que diferencie os dois delitos.

Ao justificar a apresentação da PEC, Rodrigo Pacheco argumenta que não há tráfico de drogas se não há interessados em adquiri-las. "O traficante de drogas auferenda - e a utiliza para adquirir

armamento e ampliar seu poder dentro de seu território - somente por meio da comercialização do produto, ou seja, por meio da venda a um usuário final", diz.

As propostas de emenda à Constituição devem ser aprovadas em dois turnos de votação, precedidos de cinco e duas sessões de discussões em Plenário, respectivamente, para entrarem em vigor. Uma PEC é aprovada quando acatada por, no mínimo, três quintos dos senadores (49 votos), após dois turnos de deliberação.

Após aprovada no Senado, a proposta seguirá para a análise da Câmara dos Deputados. Para que a mudança seja incluída na Constituição, a PEC precisa ser aprovada nas duas Casas do Congresso.

VOTAÇÃO NO STF

A aprovação da PEC pelo Senado é uma resposta ao Supremo Tribunal Federal, que também avalia a questão do porte de drogas. O julgamento do tema foi suspenso em março por um pedido de vista apresentado pelo

ministro Dias Toffoli. Antes da interrupção, o julgamento está 5 votos a 3 para a descriminalização somente do porte de maconha para uso pessoal.

No recurso analisado, o STF julga a constitucionalidade do Artigo 28 da Lei das Drogas. Para diferenciar usuários e traficantes, a norma prevê penas alternativas de prestação de serviços à comunidade, advertência sobre os efeitos das drogas e o comparecimento obrigatório a curso educativo para quem adquirir, transportar ou portar drogas para consumo pessoal.

A lei deixou de prever a pena de prisão, mas manteve a criminalização. Dessa forma, usuários de drogas ainda são alvo de inquérito policial e de processos judiciais que buscam o cumprimento das penas alternativas.

No caso concreto que motivou o julgamento, a defesa de um condenado pede que o porte de maconha para uso próprio deixe de ser considerado crime. O acusado foi detido com 3 gramas de maconha.

RECADO AO MST

Câmara aprova urgência a PL que pune invasor de propriedade

IANDER PORCELLA/AE

Sob protesto do governo, a Câmara aprovou ontem, um requerimento de urgência para a tramitação do projeto de lei que prevê sanções a invasores de propriedades rurais. Foram 293 votos a favor, 111 contra e uma abstenção. A proposta tem como alvo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um aceno à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Com a urgência aprovada, o texto pulará a etapa de análise em comissões e poderá ser votado diretamente no plenário. O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), tentou impedir a votação, mas falhou. O petista argumentou que o acordo entre os líderes partidários em reunião com o presidente Arthur Lira (PP-AL) não previa a análise desse requerimento.

"Não é correto, isso não pode, isso quebra completamente a postura de nós que integramos o Colégio de Líderes", disse Guimarães. "Não se constrói maioria nas votações sem democracia, sem cumprimento de acordos", emendou o líder do governo Lula.

A líder da Minoria na Câmara, Bia Kicis (PL-DF), por outro lado, defendeu a votação do texto.

A análise do requerimento de urgência para o projeto que pune o MST ocorre após o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ter exonerado um primo de Lira do cargo de superintendente regional de Alagoas após cobranças do movimento dos sem-terra.

A exoneração de Wilson César de Lira Santos ocorreu dias depois de Lira ter elevado o tom contra o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. O presidente da Câmara chamou o articulador político do governo de "incompetente" e "desafeto pessoal".

Na segunda-feira passada, o MST disse que invadiu 24 áreas no País. As invasões foram registradas em Sergipe, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Norte, Bahia, Pará, São Paulo, Goiás, Ceará, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Os atos, de acordo com o movimento, fazem parte da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Reforma Agrária, que ocorre neste mês, conhecido como "Abril Vermelho", em repúdio ao massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, quando 21 trabalhadores rurais ligados ao MST foram assassinados pela Polícia Militar.

Entre as áreas invadidas pelo MST, estão algumas de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Cepac), ambas ligadas ao Ministério da Agricultura, e, portanto, do governo federal.

A ação do MST ocorreu justamente no dia do lançamento pelo governo federal do Programa Terra para Gente, que tem o objetivo de acelerar o assentamento de famílias no País. A medida foi anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, no Planalto.

LAVA JATO

Maioria do CNJ derruba decisão que afastou juíza Gabriela Hardt

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem derrubar a decisão que afastou do cargo a juíza federal Gabriela Hardt, ex-magistrada da Operação Lava Jato.

Por maioria de votos, o conselho não referendou a liminar proferida na segunda-feira pelo corregedor nacional de Justiça, Luís Felipe Salomão, diante das suspeitas de irregularidades na decisão da magistrada, assinada em 2019, que autorizou o repas-

se de cerca de R\$ 2 bilhões oriundos de acordos de delação firmado com os investigados para um fundo que seria gerido pela força-tarefa da Lava Jato. Atualmente, Gabriela atua na 23ª Vara Federal em Curitiba.

Durante o julgamento, o corregedor reafirmou voto favorável ao afastamento de Gabriela Hardt. Segundo Salomão, o processo sobre a destinação dos recursos desviados da estatal tramitou de forma ilegal e envolveu apenas o Ministério Público e a 13ª Vara federal em Curitiba, de

forma sigilosa e sem representações do governo brasileiro.

No entendimento de Salomão, os recursos não poderiam ser transferidos para o fundo. "O que eu percebi é que essa operação fez um combate primoroso de práticas de corrupção que vitimaram a Petrobras. Em um dado momento, se percebe a mudança dessa chave, onde o foco passa a ser o desvio", afirmou.

Segundo o relator, a juíza teve participação na criação da fundação. Para o corregedor, os recursos desviados da Petrobras deve-

riam ser apreendidos e devolvidos a estatal e seus acionistas.

"Não tenho a menor dúvida de que houve participação dela nessa cooperação para a criação dessa fundação privada, com o desvio do dinheiro público", completou.

O presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, abriu a divergência e votou contra o afastamento. Barroso disse que a legislação prevê que um magistrado só pode ser afastado por decisão colegiada e por quórum de maioria absoluta. A decisão de Salomão foi feita de forma individual.

Nota

EX-MINISTRO DE BOLSONARO GANHA 'BOQUINHA' NO GOVERNO LULA

O ex-ministro interino do Desenvolvimento Regional Helder Melillo Lopes Cunha Silva foi nomeado ao cargo de secretário-executivo no Ministério das Cidades, do atual governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A nomeação foi publicada na segunda-feira passada, no Diário Oficial da União (DOU). Em dezembro de 2022, Helder ocupou o cargo no Ministério do Desenvolvimento Regional durante gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como ministro substituto e interino, depois da exoneração do então ministro Daniel Ferreira. Antes, Cunha Silva estava como secretário-executivo da pasta. Agora, Helder Cunha Silva foi nomeado para ser o "número dois" do Ministério da Cidade, comandado por Jader Filho (MDB). A pasta é responsável pelo programa Minha Casa, Minha Vida, umas das principais vitrines do governo Lula.

Faros Participações S.A.

CNPJ/MF nº 42.152.763/0001-06 - NIRE 33.3.0034236-2

Edital

Os diretores da Faros Participações S.A., inscrita no CNPJ sob nº 42.152.763/0001-06 e NIRE sob nº 33.3.0034236-2 ("Faros" ou "Companhia"), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 123 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."), convocam os acionistas da Faros, nos termos do artigo 124 da Lei das S.A., para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar no dia 25 de abril de 2024 às 08 horas e 30 minutos, de forma exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia, em AGO: (I) exame e aprovação das demonstrações financeiras e balanço patrimonial referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (II) aprovação da destinação dos resultados e distribuição de dividendos; em AGE (III) o Protocolo e Justificação da Incorporação da Messem Partnership Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Caxias do Sul, RS, na Rua Alfredo Chaves, nº 1208, Sala 1908, Bairro Centro, CEP 95.020-460, inscrita no CNPJ sob nº 41.932.821/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43209004121 ("Messem") pela Companhia, celebrado em 10 de abril de 2024 ("Protocolo de Incorporação"); (IV) a ratificação da escolha dos Peritos da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes - Sociedade Simples, sociedade estabelecida na cidade de Porto Alegre, na Rua Dr. Nilo Peçanha, nº 724, sala 502, Porto Alegre, RS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 21.601.212/0001-02, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul sob o nº 6706/0, para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio da Messem a valor contábil ("Laudo de Avaliação"); (V) aprovação do Laudo de Avaliação; (VI) a aprovação da incorporação da Messem pela Companhia, e a consequente extinção da Messem, nos termos do artigo 227, §3º da Lei das S.A.; (VII) autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das aprovações acima; (VIII) alteração da denominação social da Companhia; (IX) eleição dos administradores da Companhia; (X) caso aprovadas as matérias da ordem do dia de itens anteriores, reforma geral do Estatuto Social da Companhia, cujas disposições e alterações serão disponibilizadas aos acionistas por e-mail antes da assembleia e (XI) aprovação do 1º aditamento ao Acordo de Acionistas a ser firmado por todos os acionistas da Companhia. A assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da regulamentação aplicável e, apenas para fins legais, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Atlântica, nº 1.130, ENT nº 1, 16º andar, Copacabana, CEP 22.021-000. Os acionistas poderão participar da Assembleia mediante participação e votação à distância, através da plataforma Microsoft Teams, conforme autorizado pela Lei nº 6.404/76, art. 124, §2º-A, e observado o regulamento disposto na IN 81/2020-DREI e suas alterações, podendo os acionistas votar pessoalmente, ou por meio de procurador devidamente constituído, com poderes específicos para participar e votar nas matérias da ordem do dia, desde que, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., o procurador, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, tenha sido constituído há menos de 01 (um) ano, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato com reconhecimento de firma do outorgante, o qual deverá ser depositado na sede social da Companhia ou enviado através de e-mail jurídico@farosinvestimentos.com.br, até às 16 horas do dia 24 de abril de 2024, sob pena do procurador não poder exercer o mandato. Todos os documentos atinentes à assembleia ora convocada, incluindo link de acesso ao sistema eletrônico para participação na assembleia, serão encaminhados diretamente aos acionistas nos respectivos endereços de e-mail constantes na base de dados da Sociedade. Ainda, eventuais documentos ou informações adicionais poderão ser solicitadas ao e-mail juridico@farosinvestimentos.com.br. Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Rio de Janeiro/RJ, 16 de abril de 2024. Atenciosamente, Faros Participações S.A. - Felipe Antônio Bichara e Samy Botsman.

LIGAFUTEBOL S.A.
CNPJ: 02.217.325/0001-56 - NIRE: 33.3.0016630-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:10 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e (ii) deliberar sobre a proposta de administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social da Companhia em até 2 dias úteis antecedente à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Diretora Presidente.

MOVIC INVESTMENT COMPANY S.A.
CNPJ: 14.287.378/0001-22 - NIRE: 33.3.0029958-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:25 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Antônio Carlos, nº 51, 10º andar (parte), Centro, para (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e (ii) deliberar sobre a proposta de administração para a destinação do resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos diretores da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º da Lei nº 6.404/76, bem como depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social da Companhia em até 2 dias úteis antecedente à data de realização da Assembleia. Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. Norberto Aguiar Tomaz. Diretor Presidente.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 - NIRE 33.300.325.131
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08/02/2024
1. Data, Hora e Local: No dia 08/03/2024, às 14:00 horas, na sede social da Companhia. 2. Convocação e Presença: Nos termos do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 ("Lei das S.A."), foi realizada convocação mediante edital publicado no Jornal Diário do Acionista, de forma impressa e digital, nas edições de 29/02/2024 e 01 e 02/03/2024. 3. Mesa: Sr. Carlos Gustavo Nogari Andrioli, Presidente e Srta. Isis Paula Cerinotti Malhaes, Secretária. 4. Ordem do Dia: (I) Ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para avaliar o patrimônio líquido da Companhia; (II) Aprovar o laudo de avaliação do patrimônio líquido da companhia; (III) Deliberar sobre a Cisão Parcial da Companhia, aprovando o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tangará Energia S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela RNBL I Energética S.A."; (IV) aprovar a redução do capital da Companhia em decorrência da cisão parcial; (V) deliberar sobre as alterações estatutárias decorrentes da cisão parcial da Companhia; (VI) alterar o artigo 5º do Estatuto Social; (VII) consolidar o estatuto social ("Anexo I"); (VIII) outros assuntos de interesse social da Companhia. 5. Deliberações: Os senhores acionistas, após análise e discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberaram, por unanimidade de votos dos presentes: 5.1. Assuntos de interesse da Companhia, 5.1.1. Inicialmente é reafirmado o "Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido de Tangará Energética S.A." (Anexo II), datado de 01.02.2024, que foi anexado à ata de AGE da Companhia realizada em 01.02.2024. 5.1.2. Ato contínuo, a redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia é reafirmada, considerando que onde constou R\$ 470.554.207,39 deveria ter constado R\$ 478.075.105,90, para que a soma do aumento de capital social da Companhia estivesse correta, ficando, portanto, a redação nos seguintes termos: "Artigo 5º - O capital social é R\$ 478.075.105,90 totalmente integralizado, representado por 65.336.885.299 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe "R", todas nominativas e sem valor nominal". 5.1.3. Por fim, no "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tangará Energia S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela Geração Bioeletricidade Holding S.A.", a redação dos itens 1.3 e 2.5 resta retificada nos seguintes termos: 1.3. Pelos motivos e fins acima descritos, submetemos à aprovação dos acionistas das duas companhias a cisão parcial da TANGARÁ, transferindo-se a parcela cindida, no valor total estimado de R\$ 473.165.928,99 para a GBH. 2.5. Com a redução decorrente da cisão parcial, o capital social da TANGARÁ passará de R\$ 951.241.034,90 para R\$ 478.075.105,90, dividido em 65.336.885.299 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe "R", todas nominativas e sem valor nominal, ocorrendo a extinção de 56.635.522.518, ações ordinárias nominativas. (...) 2.5.2. Em razão da cisão parcial da TANGARÁ, seu quadro acionário ficará consolidado nos seguintes termos:

| Acionista | Quantidade de Ações | Percentual |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|------------|
| Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia | 63.520.352.952 ON | 97,2197445 |
| Santo Ivo Energética S.A. | 1.816.528.884 ON 1 PN | 2,7802502 |

| Acionista | Quantidade de Ações | Percentual |
|---------------------------|---------------------|------------|
| Sergio Feijão Filho | 1960 ON | 0,0000030 |
| Luiz Antonio Machado | 653 ON | 0,0000010 |
| Amadeu Zamboni Neto | 262 ON | 0,0000004 |
| José Clovis Ribeiro Pinto | 588 ON | 0,0000009 |

5.2. Ratificar a nomeação dos peritos abaixo identificados, para proceder à avaliação do patrimônio líquido da sociedade cindida, com base no critério do valor patrimonial contábil em 08/03/2024: (a) Claudia Tenório de Almeida Santos, CRC/RJ nº 078772/O-1 e no CPF 013.651.817-66; (b) Paulo Junior da Silva Feliciano, brasileiro, CRC/RJ nº 109.435/O e no CPF nº 057.648.277-36; e (c) Hamilton Ferreira da Silva, CRC/SP nº 1-SP2217225 e no CPF nº 084.116.448-71. 5.3. Aprovar o "Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido de Tangará Energética S.A." ("Anexo III - Laudo de Avaliação") elaborado nesta data pelos peritos acima nomeados, que avaliaram em R\$ 399.516.665,00 os valores dos bens, dos direitos e das obrigações que integram o patrimônio líquido da Companhia, com base no balanço especial de cisão levantado em 08/03/2024. 5.4. Aprovar a cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela patrimonial cindida pela RNBL I Energética S.A., CNPJ/MF nº 48.173.752/0001-80, NIRE nº 333.0034569-8, doravante designadas apenas "RNBL I", de acordo com as condições e pelos motivos e fins descritos no "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Tangará Energia S.A. e Incorporação da Parcela Cindida pela RNBL I Energética S.A." ("Anexo IV"). 5.5. Tendo em vista que os acionistas da RNBL I, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data ("Anexo V"), aprovaram a incorporação da parcela cindida da Companhia, aprovar a redução de seu capital social no valor de R\$ 399.516.665,00, mediante o cancelamento de 47.626.524.292 ações ordinárias nominativas, conforme previsto no artigo 229, parágrafo quinto da Lei das S.A. 5.6. Alterar, em consequência da cisão parcial da Companhia, com a redução do capital social, aprovada no item 5.4. acima, a redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social da sociedade é R\$ 78.558.440,90 totalmente integralizado, representado por 17.710.361.007 ações ordinárias e 1 de ação preferencial classe "R", todas nominativas e sem valor nominal". 5.6. Em razão das deliberações ora aprovadas, consolidar a redação do estatuto social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I. 5.7. Estabelecer que a RNBL I responderá apenas pelas obrigações que lhe foram transferidas, sem solidariedade com a Companhia, conforme autoriza o parágrafo único do artigo 233 da Lei das S.A. 5.8. Lavrar a presente ata em forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. 7. Assinaturas: Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente da Mesa e Isis Paula Cerinotti Malhaes - Secretária Designada. Acionistas: Santo Ivo Energética S.A., Investimentos Sustentáveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (neste ato representado por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.), Sergio Feijão Filho (neste ato representada por sua procuradora Isis Paula Cerinotti Malhaes). Rio de Janeiro, RJ, 08/03/2024. Isis Paula Cerinotti - Secretária Designada; Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Presidente da Mesa.

AÇO BRASIL

Produção de aço no RJ registra crescimento de 6% em março

O Estado do Rio produziu 654 mil toneladas de aço em março, o que significa um crescimento de 6% em relação a março do ano passado, e a 24,1% da produção total do país. Os dados são do Instituto Aço Brasil, entidade representativa das empresas brasileiras produtoras de aço. Nos três primeiros meses do ano, a produção de aço bruto no Rio de Janeiro acumula 2,2 milhões de toneladas, um aumento de 19,7% na comparação com o mesmo período do ano passado.

“A indústria siderúrgica fluminense tem apresentado sucessivos aumentos na produção, e é um vetor significativo de crescimento econômico do estado. O Rio de Janeiro possui um importante parque siderúrgico e ocupa a segunda posição no ranking nacional de produção, impulsionando a cadeia produtiva do setor e gerando milhares de empregos para a população”, com

menta o governador Cláudio Castro.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, em março de 2024, a produção brasileira de aço bruto foi de 2,7 milhões de toneladas, um aumento de 11,6% frente ao apurado no mesmo mês de 2023. No acumulado do ano, a produção brasileira de aço bruto foi de 8,2 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 6,2% frente ao mesmo período de 2023.

“Na comparação com março e com o acumulado dos três primeiros meses no ano passado, o estado registrou crescimentos percentuais na produção de aço, superiores aos de Minas Gerais (6% e 19,7%, respectivamente), consolidando o Rio de Janeiro como um dos maiores produtores nacionais”, destacou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Vinícius Farah.

MEDALHA TIRADENTES

Historiadora recebe maior honraria do Rio

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

O som do atabaque, dança afro e canto de origem africana tomaram conta do plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) ontem. A apresentação fez parte da sessão solene que concedeu a Medalha Tiradentes – maior honraria do estado do Rio de Janeiro – à intelectual Helena Theodoro, primeira doutora negra do país.

Helena Theodoro é referência em pesquisa sobre história e cultura afro-brasileiras. A iniciativa de homenagear a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de 80 anos, que coleciona graduações em pedagogia, ciências jurídicas, mestrado em educação, doutorado em filosofia e pós-doutorado em história comparada foi da deputada estadual Renata Souza (PSOL).

Da plateia, ativistas de movimentos negros assistiram à homenagem. O filho, Nei Lopes, e a neta, Larissa Lopes, dividiram a mesa principal do plenário com a professora. Ao entregar a medalha, Renata Souza destacou a origem carioca e a trajetória de luta da intelectual.

“Ter a presença de Helena Theodoro aqui é invocar a história da resistência da cultura afro-brasileira. Esta heroína do povo brasileiro, do estado do Rio de Janeiro, da Tijuca [bairro carioca], orgulhosamente salgueirense, liderou e ainda vai liderar por muitos e muitos anos o movimento negro. Helena Theodoro é uma intelectual em plena erupção”, afirmou Renata.

A deputada, que é negra, ressaltou o fato de a homenageada também ser negra. “Quantos negros e negras foram homenageados antes por essa Casa ocupada por brancos endinheirados? [É] por isso que eu não perco a oportunidade de poder reconhecer um dos nossos.”

GERAÇÕES

Ao discursar, Helena Theodoro lembrou de esforços para defender e valorizar a igualdade racial e a importância da troca de informação entre as gerações. “A gente acumula vivência, experiência, alegria e 'sofrença', mas pode pensar sobre isso e ajudar os jovens a aprender a superar dificuldades e trilhar nossos caminhos”, afirmou.

Outra marca da trajetória de

vida de Helena Theodoro é o radicalismo. Aos 15 anos de idade, ela começou a carreira na *Rádio MEC*, hoje uma das emissoras da *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC).

A radialista aposentada mantém planos profissionais. Segundo Helena, o próximo é fazer um musical inspirado em um livro de sua autoria, *Martinho da Vila: Reflexos no Espelho*. “Falando de gente preta, de alegria, de perda, mas falando de muitos ganhos”, adiantou.

Citando a filosofia africana Ubuntu, Helena Theodoro defendeu a ideia de autodeterminação das pessoas. “Que possamos fazer com que este país trilhe caminhos que sejam caminhos do Ubuntu, eu sou porque nós somos, que entendamos que cada um tem direito à escolha de seus caminhos, e não ser igual a um rebanho que tem um pastor que o leva para onde quer. Cada um tem o direito de trilhar os seus caminhos em busca da alegria, da felicidade e da realização, em qualquer idade.”

Presente à mesa, a atriz Jana Guinond ressaltou que toda a produção de Helena foi voltada especialmente para a população negra. “O tempo todo Helena se dedicou à nossa comunidade preta, à nossa felicidade, à nossa liberdade.”

CONSTITUINTE

Ela lembrou ainda que Helena Theodoro, ao lado da também intelectual e ativista Lélia Gonzalez (1935-1994), foi uma das poucas mulheres negras que puderam participar e ter voz na Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988.

A ata da reunião de instauração da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas com Deficiência e Minorias da Constituinte, em 7 de abril de 1987, registra um dos discursos da historiadora.

“Se eu não conseguir mudar este país para mim, nem para o meu filho, que seja para os meus netos ou bisnetos. Mas vou continuar lutando para mudar alguma coisa, porque eu acredito que o homem é capaz de transformar. Acredito que podemos fazer o país crescer. E acredito, como elemento, que posso ajudar este país a crescer. Então, por que não vou ter possibilidade de lutar por um espaço? Quero um espaço, sim. Por que só alguns podem ter o poder? Eu também quero ser poder.”

APOIO AO MÉXICO

Governo da Venezuela fecha embaixada no Equador

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou ontem, o fechamento da sede diplomática do seu país no Equador, em apoio ao México, depois da invasão da polícia equatoriana à embaixada mexicana em Quito para prender o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas, que se refugiava ali.

“Ordenei fechar a nossa embaixada no Equador, fechar o consulado em Quito, fechar o

consulado em Guayaquil e que o pessoal diplomático retorne imediatamente à Venezuela (...) até que o direito internacional seja expressamente restaurado no Equador”, disse Maduro em seu discurso em uma cúpula virtual da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), cuja presidência temporária é exercida por Honduras.

A operação policial para capturar Glas, na noite de 5 de abril, horas depois de o México ter

concedido a ele asilo político, foi condenada por 30 países e organizações mundiais e regionais como a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O governante socialista ainda exigiu que o Equador entregue Glas ao México.

Maduro deu ordem ao encarregado de negócios - chefe da missão diplomática venezuelana no Equador -, Pedro Sassone, para retornar ao país “até que o direito internacional seja expressamente restaurado”.

O presidente venezuelano indicou que a invasão da polícia equatoriana à embaixada do México foi um “ato de barbárie” e criticou o presidente do Equador, Daniel Noboa, por defender o ataque.

“As declarações que o presidente Noboa deu são, mais do que um ato de provocação contra o México, um ato de provocação contra o direito internacional e um desprezo absoluto por todo o marco jurídico”, disse Maduro.

ARGENTINA

Chanceler de Milei se reúne com empresários brasileiros na Fiesp

CAROLINA MARINS/AE

A ministra de Relações Exteriores de Javier Milei, Diana Mondino, se reuniu ontem, com representantes do setor empresarial brasileiro, momento em que voltou a afirmar que o governo argentino não defende a ruptura de relações ou o fim do Mercosul. Na sede da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a chanceler defendeu mudanças no bloco, mas voltou a afirmar que juntos os países têm mais força.

Questionada por empresários sobre a possibilidade de o Mercosul ser “remodelado” depois de afirmações de Milei, Mondino repetiu: “isso não é verdade”. “Não é verdade que se tenha falado em acabar com o Mercosul e cortar relações com o Brasil. O que se diz, e trabalhamos com os países como Brasil, Paraguai e Uruguai nesse senti-

do, é uma modernização, um choque de adrenalina”, afirmou “O Mercosul tem 32 anos e nunca se modificou, enquanto o mundo mudou”.

“As empresas do Mercosul mudaram, mas o convênio nunca mudou. É fundamental que tenhamos muitíssimo mais elementos, por exemplo, o mero fato de levar bens de um país a outro hoje no Mercosul não é considerado, e não temos nenhum tratamento preferencial entre países do Mercosul. Não temos tratamento especial para nossos estudantes”, continuou.

E reiterou: “Caso alguém não tenha escutado aí atrás: não é verdade que vamos acabar com o Mercosul”.

Segundo a ministra, o Mercosul teria ainda mais potencial se também se voltasse a outros setores não contemplados atualmente e se investisse na possibilidade de fazer convênio com ou-

tros países. Indo em uma linha diferente do que tem proposto o Uruguai, que defende que países possam negociar por fora do bloco, a chanceler preferiu defender uma unidade nas negociações.

Ela defendeu o acordo Mercosul-União Europeia, que tem sido negociado há anos e se tornou uma forte agenda do governo Lula, inclusive em seu encontro com o presidente francês Emmanuel Macron em sua viagem ao Brasil no mês passado. Segundo ela, embora o acordo não seja “uma panaceia” e tenha caminhado muito lentamente, ele permite aos países do bloco integrar-se com grandes compradores do mercado europeu.

O futuro do Mercosul foi uma das primeiras preocupações do governo brasileiro quando Javier Milei assumiu a presidência. Durante a campanha, o libertário indicou que viraria as costas à região, tendo chamado o bloco

de “estorvo” durante debates presidenciais. O tom, porém, amenizou após a posse. Dias antes do libertário assumir a presidência, Mondino viajou de surpresa à Brasília, onde fez o primeiro gesto amigável ao Mercosul ao lado do chanceler brasileiro, Mauro Vieira.

DEFESA DE REFORMAS

Sem fazer declarações à imprensa, a ministra utilizou sua passagem por São Paulo - depois de ter se reunido com Vieira e o vice-presidente Geraldo Alckmin em Brasília - para defender as reformas econômicas e de Estado que têm sido conduzidas por Javier Milei na Argentina. Sua exposição ao setor empresarial brasileiro se focou em garantir que as relações entre Brasil e Argentina se mantêm fortes, apesar dos comentários recentes do presidente argentino que causaram rusgas com o governo brasileiro.

TBILISI

Sessão parlamentar na Geórgia termina em briga após discussão de 'lei russa'

Legisladores da Geórgia, na Ásia, iniciaram uma briga no Parlamento na segunda-feira, passada, durante o debate de uma lei polarizadora, apelidada de “projeto de lei do agente estrangeiro”. Horas após o conflito, centenas de pessoas protestaram contra a legislação em frente ao parlamento da capital do país, Tbilisi.

O projeto de lei - apresentado pelo partido de centro-esquerda Georgian Dream, que está no poder - exige que meios de comunicação e organizações não comerciais se registrem com estando sob influência estrangeira caso recebam mais de 20% do seu financiamento do exterior.

Os opositores denunciaram a medida como “a lei russa” devido à existência de uma legislação

parecida utilizada por Moscou para estigmatizar os meios de comunicação independentes e as organizações vistas como discorantes do Kremlin.

O vídeo de transmissão ao vivo do parlamento compartilhado nas redes sociais mostra o líder dos legisladores do Georgian Dream, Mamuka Mdinardze, levando um soco na cara, enquanto discursava, por um legislador da oposição que correu para o palanque. Vários outros legisladores se juntam, então, à briga, criando uma confusão generalizada.

LEI BARRADA

O projeto de lei é quase idêntico a uma proposta que o partido do governo foi pressionado a retirar há um ano, após protestos

em massa. Na segunda-feira, os manifestantes cantaram canções nacionalistas e gritaram “escravos” fora do parlamento, sugerindo que a Câmara estava cedendo à pressão da Rússia.

Aqueles que se opõem à medida dizem que a aprovação da lei iria obstruir o objetivo da Geórgia de aderir à União Europeia, que no ano passado concedeu ao país o tão desejado estatuto de candidato. O primeiro-ministro georgiano, Irakli Kobakhidze, reuniu-se na segunda-feira com os embaixadores americano, britânico e da UE para discutir o projeto de lei, disse o governo.

A lei diz que as organizações não comerciais e os meios de comunicação social que recebam 20% ou mais do seu financiamento do exterior precisariam se

registrar como “(organizações) que perseguem os interesses de uma potência estrangeira” - a única alteração na redação do projeto de lei retirado no ano passado, que disse que os grupos relevantes deveriam se registrar como “agentes de influência estrangeira”.

A presidente da Geórgia, Salome Zourabichvili, vetaria a lei se ela fosse aprovada pelo parlamento, conforme declarou anteriormente o seu representante parlamentar, Giyorgi Mskhiladze. Mas esse veto poderá não durar muito, uma vez que o mandato de Zourabichvili termina este ano e, sob as alterações na Constituição da Geórgia, o próximo presidente será nomeado por um colégio eleitoral que inclui todos os membros do parlamento.

GUERRA NO ORIENTE

Ministro de Israel solicita sanções contra o Irã a 32 países

O ministro de Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, afirmou ter enviado cartas para 32 países solicitando sanções ao projeto de mísseis iranianos e para que o Corpo da Guarda Revolucionária seja declarado como uma organização terrorista por outros países. Pedido feito ontem, faz parte de uma “ofensiva diplomática” contra o Irã a fim de enfraquecer o país, segundo o ministro.

“O Irã deve ser parado agora, antes que seja tarde demais”, disse Katz, em anúncio que ressaltou a resposta militar aos mísseis iranianos direcionados ao país no fim de semana.

Dentre os países aos quais a solicitação política foi direcionada estão os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, Canadá, França, Itália, Índia e Austrália.

O presidente do Irã, Ebrahim

Raisi, disse que seu país responderia “severamente” à “menor ação” de Israel contra “os interesses do Irã”, de acordo com uma declaração emitida por seu gabinete ontem.

“Agora, declaramos firmemente que a menor ação contra os interesses do Irã provocará uma resposta severa, extensa e dolorosa contra todos os seus perpetradores”, disse Raisi durante uma conversa telefônica com o emir

do Qatar, Tamim ben Hamad Al Thani, na noite de segunda-feira.

Referindo-se ao ataque do fim de semana, o primeiro a partir do território iraniano contra Israel, Raisi disse que Teerã exerceu “seu direito de autodefesa”.

O ataque do Irã no sábado foi, segundo Teerã, uma resposta ao assassinato por Israel de um general iraniano sênior em um edifício diplomático iraniano em Damasco, Síria. Israel não confirmou nem negou o envolvimento.

O chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa de Israel, tenente-general Herzl Halevi, deu a confirmação na segunda-feira, 15, mais clara até agora de um contra-ataque ao Irã, apesar da pressão internacional por contenção.